

O Contexto de Influência da Política Curricular da Rede Municipal de Duque de Caxias

The Context of Influence of the Curriculum Policy of the Duque de Caxias Educational Network

João Augusto Galvão Rosa Costa

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo: O contexto neoliberal instaurado disparou reformas educacionais e políticas curriculares que se (re) configuraram nos últimos trinta anos e acionaram diferentes sentidos, discursos e significados a nível nacional, estadual e municipal. Nesse sentido, estabelecemos como objetivo analisar o contexto de influência da Política Curricular da Rede Municipal de Duque de Caxias (2002-2004) pela lente teórico-metodológica do ciclo contínuo de políticas de Stephen Ball. Tal análise foi fundamentada em artigos de referência de autores e interlocutores como Lopes (2004), Mainardes (2017), Lima e Przyleza (2015), pensando as tensões sobre as políticas curriculares, a dimensão do ciclo na sua análise e o campo do currículo. É uma pesquisa qualitativa sustentada também por uma análise documental. Concluiu-se que, para além do elemento pedagógico, os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos negociam e (re)negociam o contexto de influência no processo de construção de uma política curricular.

Palavras - Chave: Política Curricular. Ciclo Contínuo de Políticas. Duque de Caxias.

Abstract: The established neoliberal context triggered educational reforms and curricular policies that have been (re)configured in the last thirty years and that have produced different meanings, discourses and meanings at national, state and local levels. In this sense, we aimed to analyze the context of influence of the Curriculum Policy of the Duque de Caxias Educational Network (2002-2004) from the theoretical-methodological perspective of Stephen Ball's continuous cycle of policies. Such analysis was based on reference articles by such authors and interlocutors as Lopes (2004), Mainardes (2017), and Lima and Przyleza (2015) for the tensions on curriculum policies, the dimension of the cycle in their analysis and the field of the curriculum. The research is qualitative and is also supported by a documentary analysis. It was concluded that, in addition to the teaching element, social, cultural, economic and political factors negotiate and (re)negotiate the context of influence in the process of building a curriculum policy.

Keywords: Curriculum Policy. Continuous Policy Cycle. Duque de Caxias.

Introdução

A produção das Políticas Curriculares sob os contextos de influência e de definição de textos políticos, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 se ampliaram e foram traduzidas em documentos e orientações curriculares a nível nacional, estadual e municipal. Pensar esse debate sem tencioná-lo é abrir espaço para interpretações esvaziadas de teoria que dificultam a realização de investigações preocupadas em expor inúmeros contextos que envolveram e envolvem o campo das políticas curriculares, tornando-o naturalizado.

Segundo Ball (1994) esses documentos devem ser entendidos como resultados de múltiplos contextos sociais que agem na política e como tentativas de representação das políticas. Na LDBEN 9.394/96, a reflexão sobre o currículo se instalou como tema nas escolas alinhado aos projetos político-pedagógicos (PPP) e nas propostas dos sistemas de ensino, assim como nas pesquisas, na teoria pedagógica e na formação inicial e continuada dos docentes. Diferentes e diversos contextos foram sendo configurados por sentidos e significados atribuídos à escola, cultura, aluno, professor, ensino, aprendizagem e ao currículo.

Apple (1995) nos convida a pensar o currículo como uma ‘tradição seletiva’, resultado e produto sempre de uma seleção feita por alguém. Essas escolhas implicam “tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo” (APPLE, 1995, p.59). Nesse sentido, refletimos acerca de qual movimento tem sido característico daqueles que constroem os currículos, ou seja, essas políticas tem organizado ou realmente desorganizado a população brasileira? Por outro lado, para Goodson (2003, p. 21) o currículo é um “[...] testemunho público e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares”. Nestes documentos, estão vinculadas intenções que mobilizaram Estados e Municípios a pensarem na construção de suas Propostas Pedagógicas Curriculares (PPC). Tal movimento mostra que nesse processo existe uma história de produção, representações, sujeitos envolvidos, agências e instituições educacionais, parcerias, princípios teórico- filosóficos, objetivos, métodos de ensino e conteúdos selecionados e organizados.

O debate está envolvido também por um jogo de interesses e por discursos no sistema educativo, causando influências na construção e atuação das Políticas Curriculares. Não podemos nos distanciar do contexto das políticas curriculares. Ball; Maguire; Braun (2016) mostram como tais textos produzidos em parcerias ou por diferentes iniciativas não podem ser interpretados como se já tivessem fechados penetrados de sentidos fixos e enrijecidos.

Pensar no processo de construção das Políticas Curriculares oficiais requer a compreensão de que fazer política perpassa por uma lógica de interpretação dos formuladores de política que legitimam um modelo de escola como a melhor possível que “só existem na imaginação febril de políticos, funcionários públicos e conselheiros” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p.14). Dessa forma, pretendemos nos debruçar sobre três artigos de referênciaⁱ publicados pelos seguintes autores: Lopes (2004), Lima e Przyleza (2015) e Mainardes (2018). Essas escolhas teóricas se justificam por centralizar a discussão sobre o contexto neoliberal, suas investidas no campo da Educação, relação com o nascimento das Políticas Curriculares no Brasil, e ainda contribuem para possíveis articulações entre o ciclo contínuo de políticas e análise de uma política curricular específica de uma Rede Municipal de Educação.

São justificadas também sob o ponto de vista de Lopes (2004), pois toda política curricular é uma política cultural, visto que o currículo é fruto de uma seleção da cultura e é um campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo. Os contextos em que se inserem as Políticas Curriculares devem ser tensionados, não hierarquizados e desconstruídos. Há negociações e renegociações que não podem ser negadas no campo curricular, pois corremos o risco de cair no senso comum no entendimento de que o prescrito é a “salvação”.

Toda política curricular é, assim, “uma política de constituição do conhecimento escolar: um conhecimento construído simultaneamente para a escola (em ações externas à escola) e pela escola (em suas práticas institucionais cotidianas)” (LOPES, 2004, p.111). Precisamos entender que o currículo assumiu foco central nesse sentido e que as reformas educacionais são disparadas com a divulgação de novas legislações,

diretrizes, orientações, pareceres e emendas que afetam, mudam e influenciam as formas de construir currículo (LOPES, 2004).

A discussão sobre as Políticas Curriculares tem ocupado diversos setores da sociedade e sido pauta em congressosⁱⁱ pelo Brasil na área da Educação. Esse território ora se abre a novas investidas e ora se fecha com o estabelecimento de fronteiras que incorporam visões mais centralizadas e menos periféricas. Sinalizamos que há sempre um processo de seleção dos conteúdos e compreensão do que pode ser considerado conhecimento a ser incluído ou excluído do currículo (SILVA, 2011).

Essas multiplicidades de enfoques que cercam o campo do currículo também se alinham à minha pesquisa com o tema: “Os Documentos Curriculares da Rede Municipal de Duque de Caxias acerca dos sentidos, discursos e significados no processo de Reestruturação Curricular na disciplina escolar Educação Física”ⁱⁱⁱ. Por isso, o interesse em destacar a Política Curricular deste Município, visto que se materializa como meu objeto de estudo. O foco no contexto de influência pelo ciclo contínuo de políticas pode constituir um caminho que amplie a compreensão e tensione as dimensões sociais, culturais, históricas e políticas no que tange ao ‘nascimento’ de uma política curricular que surge no contexto da década de 90, pós LDBEN 9.394/96 e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Baseado no debate articulado entre os artigos de referência, estabelecemos como objetivo analisar o contexto de influência da Política Curricular da Rede Municipal de Duque de Caxias (2002-2004) pela lente teórico-metodológica do ciclo contínuo de políticas de Stephen Ball. Como pergunta norteadora estabelecemos: Quais fatores levaram a criação da atual Política Curricular da Rede Municipal de Duque de Caxias?

Os artigos de referência: colocando em debate

Apresentaremos os artigos de referências elegidos, ‘pinçando’ os caminhos que iremos perseguir nesse estudo. Não se pretende abordar de forma extensa cada artigo de referência, mas aproximar, perceber e tecer possíveis articulações que evidenciem a sustentação teórico-metodológica. Nesse sentido, pensamos em expor tais artigos a partir do quadro abaixo.

Quadro 1 – Artigos de Referência

Título	Autores	Periódico	Ano de Publicação	Palavras-Chave
Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos	Alice Casemiro Lopes	Revista Brasileira de Educação	2004	X
Contexto de Influência das políticas curriculares no Brasil a partir do processo de redemocratização	Paulo Gomes Lima Mariclei przylepa	E-Curriculum	2015	Políticas Curriculares. Redemocratização. Escola no Brasil.
A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional	Jefferson Mainardes	Jornal das Políticas Educacionais	2017	Política educacional. Abordagem do ciclo de Políticas. Teoria da atuação.

Fonte: Próprio autor, 2020

A partir do quadro acima, compreendemos que existem mais aproximações do que distanciamentos entre os artigos de referência elegidos. Em relação ao ano de publicação, percebemos que há certa disparidade entre o primeiro e o segundo artigo. O primeiro artigo não apresenta palavras-chave, visto que essa ausência pode ter relação com o número e a forma de publicação da revista. Destaque-se que todos os periódicos do quadro recebem trabalhos com o fluxo contínuo, ou seja, estão abertas as submissões de forma intermitente.

Outro ponto interessante nessa análise é que, ao ler os três artigos, fica evidente que é o ciclo de políticas é a lente teórico-metodológica a que os autores se afiliam para pensar o contexto das Políticas Curriculares no Brasil, considerando a centralidade do currículo nas pautas políticas e econômicas dos governos e Estados. O ciclo contínuo de políticas pode ser entendido como um fio que conduz a discussão em relação ao contexto da influência, produção do texto e da prática (MAINARDES, 2018).

Mainardes (2018) sinaliza que o ciclo surge no contexto inglês acerca da discussão sobre a ideia de ‘implementação’ de currículo nacional. Os contextos não são lineares nem temporais e trazem como um

dos desafios articular pesquisas que já utilizaram o ciclo contínuo de política, pois nem sempre todos os contextos são utilizados.

Esses artigos de referência nos mobilizam a pensar na relação entre políticas educacionais e Políticas Curriculares no contexto neoliberal que tem a década de 90 como um marco^{iv}. Apontam as mudanças que ocorreram em função de interesses e hibridismos em projetos de educação, sociedade e homem desde o período de redemocratização, passando pelo contexto do governo Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Para além disso, é necessário pontuar que as Políticas Curriculares são recontextualizadas pelos sujeitos que, muitas vezes, não participam do processo de construção dessas políticas, mas também recontextualizam de acordo com o contexto em vivem, o que pensam, necessitam e compreendem como currículo. Por fim, esses elementos articulados proporcionam uma proposta que pense nas escalas macro e micro e que materializem, pelo contexto de influência do ciclo contínuo de políticas, os fatores que levaram à construção da Política Curricular da Rede Municipal de Duque de Caxias.

O contexto de influência da política curricular da Rede Municipal de Duque de Caxias (2002-2004)

A construção dos documentos curriculares da Rede Municipal de Duque de Caxias teve início em fevereiro de 1997 (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2002), dentro do período em que eclode um movimento de reformulações educacionais no Brasil e no mundo (década de 90). Em âmbito federal, marcos legais como a LDBEN n° 9.394/96 reorienta a Educação Nacional e, na sequência, o PCN de 1997 na perspectiva de organização curricular.

Para Shiroma; Moraes; Evangelista (2011) uma Política Nacional de Educação é mais abrangente do que a legislação proposta para organizar a área. Entretanto, ratifica-se que essa década envolveu e comprometeu intelectuais em comissões de especialistas, análises de parâmetros curriculares, elaboração de referenciais e pareceres. Para Lopes (2004), o currículo oficial; com isso, assume um enfoque sobretudo prescritivo.

A implementação desses documentos ocorreu com críticas de vários setores da sociedade civil, acadêmica e científica. É necessário destacar o contexto de influência dessas políticas, sendo que o governo brasileiro não contava com um projeto conciso para abranger a educação nacional, “pois não havia propostas concretas por parte do governo capazes de mobilizar a sociedade para ações mais abrangentes em educação” (ARELARO, 2000, p.96). Nesse sentido, Vieira (2000) aponta que, entre 1985 e 1990, foram verdadeiros tempos de transição, principalmente no contexto político e educacional, visto que:

[...] o que se pretende caracterizar é a educação num período histórico que tem sido chamado de transição democrática. Nesse contexto de passagem de um momento político (autoritário) para outro (democrático), também a educação vive um período onde seus contornos não são claramente visíveis (VIEIRA, 2000, p.20).

Isso se relaciona com o período pós-ditadura militar e a busca por uma redemocratização política iniciada no governo de José Sarney, na época, filiado ao PMDB. Um dos marcos legais que não pode deixar de ser mencionado é a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 que proporcionou avanços em consonância com o projeto educativo e de sociedade que ia se delinear a partir desse documento.

Na década de 90, também temos o primeiro presidente, Fernando Collor de Mello, eleito por eleições diretas, mas no campo educacional suas investidas não foram sustentadas e o projeto neoliberal estava claro em suas propostas superficiais para a educação configurando-se “como tempos de muito discurso e pouca ação” (VIEIRA, 2000, p.15).

Houve tentativas a partir do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), Plano de Ação Setorial para a Educação e o Programa Brasil: um projeto de reconstrução nacional. Outro aspecto também sinalizado por Vieira (2000) é que o projeto da LDBEN 9.394/96 foi boicotado pelo executivo depois de ser aprovado por Jorge Hage na Câmara dos Deputados.

O processo histórico em evidência se sustenta durante os quatro anos previstos e, em 1992, ocorre o seu *impeachment*. Em seguida, Itamar Franco assume na perspectiva de uma retomada de rumo da política e na consagração de alianças frente às questões polêmicas e de corrupção do

último governo. Um dos marcos legais desse período foi o Plano Decenal de Educação para todos, cuja finalidade era dar sequência aos compromissos firmados com os organismos internacionais na Conferência de Jomtien ocorrida na Tailândia em 1990. Segundo Fonseca (1995), tais organismos passam a elaborar novas diretrizes políticas, entre outras, com a finalidade de eliminar o analfabetismo até o final do século.

Em 1995, o governo é assumido por Fernando Henrique Cardoso (FHC). Seu mandato manteve a política econômica inaugurada na década de noventa, principalmente a abertura às exportações, o programa de privatização de grandes empresas estatais e outras iniciativas, visando à inserção do país em uma economia globalizada. Entende-se a partir de Arelaro (2000, p.99) que:

[...] seu projeto político de governo vai-se delineando cada vez mais dentro dos cânones da escola reformista-liberal. Pequenos detalhes do novo *marketing* político deixam claro que a disputa pela construção de outro ideário cultural de mercado e consumo está em marcha. O país passa a receber influências de um modelo cultural de mercado voltado para o objetivo do capital.

A lógica neoliberal se solidifica com a inserção cada vez mais forte das iniciativas privadas. Em termos de intenções governamentais, antes das eleições, defendia um programa chamado mãos à obra, Brasil que denunciava a má qualidade do ensino público e o desperdício financeiro que se mostravam pautas de reformas. Já o planejamento político-estratégico salientava pautas como a modernização do sistema educacional e a descentralização da gestão educacional.

Para Vieira (2000), o relatório de atividades do ano de 1995 traz o ensino fundamental como prioridade absoluta e o ensino médio com escassez de programas e investimentos. Outro destaque, nesse movimento de intencionalidades e disputas de consenso, é a decisão do governo em aceitar o substitutivo de Darcy Ribeiro em lugar do projeto de Jorge Hage, construído junto à sociedade civil.

Nesse percurso de produções legislativas e documentos nacionais, estava ocorrendo um movimento que se afiliava aos constitutivos dos organismos internacionais. Essas definições políticas têm como critério de efetivação e sucesso uma avaliação subsidiada por três linhas reguladoras

“democratização do acesso e da permanência ao ensino, qualidade do ensino, gestão democrática” (ARELARO, 2000. p. 106). Ao mesmo tempo, estava sendo estudado e em processo de elaboração em caráter preliminar, a primeira versão dos PCN, organizada pelo MEC, no período de 1995/1996. A participação nesse processo foi de docentes de universidades públicas e particulares, técnicos de secretarias municipais e estaduais de educação, especialistas e educadores (BRASIL, 1997).

Pode-se observar que, de certa forma, a descentralização das ações influencia a centralização das decisões e o distanciamento do Estado em seus encargos. Fica a cargo da escola a total responsabilidade sobre os resultados no contexto educativo. Neste sentido, um dos motivos que levaram à elaboração dos PCN foi o modelo educacional a ser seguido para que a escola efetivasse os ideais do contidos e formulados na LDBEN 9.394/96. Pensando no contexto da produção do texto, ratifica-se a seguinte passagem:

Essa LDB reforça a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a União. Para dar conta desse amplo objetivo, LDB consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da base nacional comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição Federal. (BRASIL, 1997, p.15-16)

Os documentos^v foram divulgados e classificados pelo então Presidente da República, FHC, como um “marco educacional” (BERNARDES, 1997, p.3). Os documentos passaram a ser entregues, gratuitamente no dia seguinte ao do seu lançamento para cada um dos professores da 1º à 4º série do 1º grau da rede pública pertencente ao atual Ensino Fundamental I.O objetivo era, até o final do mesmo ano de lançamento, que todos os professores - cerca de 600 mil - recebessem pelo correio o conjunto de livros dedicados a servir de referência à formulação do currículo.

Pensando a política como discurso, encontra-se atitude do Ministério da Educação em enviar os PCN aos professores, juntamente com a carta do então Presidente da República FHC dirigida a cada

professor: “E que possamos tornar realidade o sonho de um país mais justo, com menos desigualdades, onde o governo e a sociedade sejam corresponsáveis pela nação” (CARDOSO, 1997). Dessa forma, o professor, na visão do Ministério da Educação, deveria ficar lisonjeado e retribuir esta atitude do governo, motivando-se a utilizá-lo na “formação de professores de 1º grau e [...] na avaliação desse nível de ensino e orientar a escolha dos livros didáticos” (FOLHA DE SÃO PAULO, COTIDIANO, 1997, p.3).

A esse respeito, ao analisar o discurso de divulgação dos documentos, podemos averiguar que o Presidente Fernando Henrique, ao discursar, diz não ser o governo federal responsável pelo ensino fundamental, embora, conforme afirma Bernardes (1997, p. 2) “podemos exercer uma liderança intelectual”. Na prática, o PCN foi apresentado como um documento que contribuiria para a organização dos conteúdos curriculares, beneficiando a construção das propostas curriculares de cada Estado e Município. Entretanto, pensando as arenas discursivas e apontamentos realizados por estudiosos, temos um conjunto de críticas que fundamentaram pela:

[...] vinculação dos PCN às novas exigências da ordem econômica globalizada e das políticas neoliberais, que têm como palavras-chave: consenso, competitividade, equidade, produtividade, cidadania, flexibilidade, desempenho, integração e descentralização. Nesse sentido, os PCN seriam obedientes às orientações da Conferência Mundial de Educação para Todos, condizentes com as determinações do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco - e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal”. (GALIAN, 2014, p. 653)

Como podemos analisar, o campo discursivo que girou e gira sob o PCN movimentou questões de interesse político, social e cultural com um teor de descentralização, mas favoreceu a centralização das ações desempenhadas. Além disso, as disputas estão dadas desde o contexto de influência pelo cenário internacional na perspectiva do neoliberalismo, nas conferências e dos organismos internacionais citados.

Esse contexto materializa e incorpora elementos de análise acerca do cenário em que a PPC (2002-2004) foi construída. Pela análise do texto

desse documento curricular, o processo ocorreu a partir de uma “ação-reflexão, que exigia a união de esforços, para que ele fosse construído e assumido vivenciado pela comunidade, sobretudo a comunidade dos pais e dos profissionais da educação” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS, 2002, p.6). Tal documento sistematiza os princípios teórico-filosóficos, epistemológicos e sociológicos bem como incorpora os componentes curriculares e modalidades de ensino da Educação no Município de Duque de Caxias.

Considerações Finais

A partir da proposta de trabalho estabelecida, percebemos que o contexto de influência das políticas curriculares são (re) negociados de acordo com as escalas macro e micro, tensionados por um jogo de forças e interesses que se estabelecem nas arenas, textos e fronteiras políticas.

Os artigos de referência favoreceram a localização de pressupostos teóricos- metodológicos como o ciclo contínuo de políticas que fundamentaram a análise do contexto de influência da política curricular da Rede Municipal de Duque de Caxias. Além disso, forneceram, para o campo de política curricular, indícios de que não podemos pesquisar sob uma perspectiva linear. Buscar diferentes fontes se torna tarefa básica para o pesquisador que queira se aprofundar no ciclo contínuo de políticas.

Mainardes (2018) trouxe a abordagem do ciclo contínuo de políticas estruturado nos estudos de Stephen Ball. Sinalizou, a todo o momento, a complexidade desse ‘mergulho’, bem como a importância de sempre considerar a historicidade da política que será investigada; sobretudo, explorar as escalas em que tal política se materializa ou se materializou ao longo do tempo. Entretanto, como nos aponta Lopes (2004), essas dicotomias não podem engendrar o processo de análise, mas constituir elementos que beneficiem a recontextualização.

Lima e Przyleza (2015) se materializaram como um exemplo de como se aprofundar no contexto de influência das políticas curriculares. Suas contribuições perpassaram pelo período de redemocratização e adentram a década de 90, onde os marcos legais favoreceram a construção de diversas PPC.

Contudo, em Lopes (2004) podemos entender que, para além das implicações pedagógicas das políticas curriculares, há modificações sociais, políticas, econômicas e culturais pelas quais devemos analisar e sermos capazes de dar respostas a essas modificações e empreender novas interpretações sobre as questões de nosso tempo. Tempo em que se discute a implementação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o que questionamos é: como isso está sendo observado pelos docentes das redes estaduais e Municipais?

Por fim, fica evidente que a Rede Municipal de Duque de Caxias cria sua PPC (2002-2004) a partir de fatores como a expansão de marcos legais da Educação Brasileira como a LDBEN nº 9.394/96 que ratificava a validade da construção do PPP e dos currículos nas escolas. Outro fator relaciona-se à ideia de normatização e prescrição do currículo como uma política do Estado e agências internacionais. Contudo, tal documento também acompanha em seu processo de estruturação o nascimento de outra política como o PCN que se inicia em 1997.

Referências

APPLE, Michael. Whitman. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?. MOREIRA, Antônio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ARELARO, Lisete. Regina. Gomes. Resistência e Submissão. A reforma educacional na década de 1990. In: Nora Krawczyk, Maria Malta Campos, Sergio Haddad, (organizadores). **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas: Autores Associados, 2000.

AZEVEDO, Janete. Maria. Lins. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BALL, Stephen. John. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen. John.; MAGUIRE, Mag.; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, 23 de dezembro, 1996. Brasília.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>
Acesso jan. 2020.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, v. 7, 1997.

BERNARDES, Betina. **MEC lança livros para orientar professores**. Folha de São Paulo. Sucursal de Brasília.p.3-3. 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Carta aos professores**. República Federativa do Brasil, Brasília: MEC, out. 1997.

GALIAN, Claudia.Valentina. Assumpção. Os PCN e a Elaboração de propostas curriculares no Brasil. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, v.44, n.153, p.648-669, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/2812>>
> Acesso em 02 fev. 2020

GOODSON, Ivor. **Currículo: Teoria e História**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Paulo Gomes; PRZYLEPA, Mariclei. Contexto de Influências das políticas curriculares no Brasil: a partir do processo de redemocratização. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 03. p. 418 - 451, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/13708>>. Acesso 08 jan. 2020.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, mai./ago., p. 109-118, 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a08.pdf>>. Acesso 28 dez. 2019.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 12, n. 16. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59217>>. Acesso em 08 jan. 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Proposta Pedagógica**. Duque de Caxias, RJ, v. 1, 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Proposta Pedagógica**. Duque de Caxias, RJ, v. 2, 2004.

SHIROMA, Oto. Eneida.;MORAES, Maria. Célia.; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Tomaz. Tadeu. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIEIRA, S. L. **Política educacional em tempos de Transição (1985-1995)**. Brasília: Plano, 2000.

Notas:

ⁱ Entendo que esses artigos de referências não esgotam a discussão e a proposta de trabalho. O que me levou a usar outros autores que tensionam esse campo de influência do nascimento de política curricular.

ⁱⁱ Na área da Educação, a Associação Nacional de Pós - Graduação em Pesquisa em Educação (ANPED) em suas versões regionais e nacionais tem recebido trabalhos com esse temática e possui um Grupo de Trabalho intitulado Currículo (GT- 12) que recebe pesquisas com múltiplos referenciais teórico-epistemológicos.

ⁱⁱⁱ Pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem como objetivo compreender na perspectiva dos professores, o processo de (re) construção das Políticas e Documentos Curriculares para o ensino da disciplina escolar EF na Rede Municipal de Duque de Caxias frente à Reestruturação Curricular (2019-2020).

^{iv} Isso não quer dizer que em outros momentos do processo histórico não surgiram características e elementos que traduzissem as políticas neoliberais. Segundo Azevedo (1997), Margaret Thatcher (Grã Bretanha) e Ronald Reagan (Estados Unidos) já expressavam em seus discursos interesses neoliberais no que tange a pouca intervenção do Estado na economia e o livre mercado.

^v Os PCN estão organizados em dez volumes distribuídos pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, Artes, Educação Física e Ciências Naturais. Outro documento foi emitido com o título de Temas Transversais que abordam: a Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

Sobre o autor:

João Augusto Galvão Rosa Costa possui Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal Fluminense (UFF) 2013. Especialista em Educação Física escolar pela UFF em 2017. Mestrando em Educação pela Universidade Federal Fluminense UFF 2019 - 2021. Membro do Grupo de Pesquisa Currículo, Docência e Cultura. Atualmente é professor de Educação Física da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, lecionando na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II. Atua como Professor Redator da Nova Proposta Pedagógica Curricular para o ensino da disciplina Educação Física na Rede Municipal de Duque de Caxias

Recebido em 05/04/2020

Aceito para publicação em 20/04/2020